

Brasil, por enquanto, fica fora do plano

por Getúlio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

O efeito das idéias do secretário Brady, segundo Mulford, será "a redução da dívida, do estoque de débitos consideravelmente, e também uma considerável redução do serviço da dívida. Portanto, as transferências (de capital líquido do Terceiro Mundo para os países credores) serão substancialmente reduzidas, e também a necessidade de dinheiro novo dos bancos comerciais".

A redução de dinheiro novo, a seu ver, é óbvia, porque ele tem sido utilizado principalmente "para pagar o serviço dos bancos comerciais. Assim, se há uma mudança desse tipo, você reduz a demanda de dinheiro novo que aquele país terá, assim como da demanda de recursos que teriam de ser remetidos para o exterior".

Mulford, de 51 anos, e recém-promovido a subsecretário do Tesouro, começou sua carreira em Wall Street, na White Weld, em 1966. Entre 1974 e 1984, ele comandou uma equipe de oito homens que manejava os bilhões de dólares que a Arábia Saudita ganhou com os novos preços do petróleo. Ele ajudou a fazer a dívida do Terceiro Mundo com os petrodólares, e agora se dispõe a ajudar a reduzir seu peso.

Ele começou sua entrevista de ontem esclarecendo que "as idéias e sugestões que o secretário Brady divulgou na sexta-feira são, de fato, apenas isso (idéias e sugestões). São sugestões que nós esperamos venham a ajudar a guiar os esforços internacionais para fortalecer a estratégia da dívida, mas eu quero enfatizar para vocês que nós não divulgamos um plano detalhado ou impresso, com o qual estamos tentando avançar ou impor, de modo algum, ao resto do mundo".

O passo seguinte do Plano Brady, segundo o subsecretário, será a alteração legal necessária dentro do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), para que eles possam destinar parte de seus fundos de empréstimos a operações de redução da dívida e serviço da dívida do Terceiro Mundo. "Muitas dessas idéias envolvem importantes mudanças de política nas instituições internacionais, e elas terão seus encontros da primavera no início de abril", informou.

Dentro dessas instituições, a descrição da situação atual do Terceiro Mundo é dramática. Lembrando que o Plano Baker, de setembro de 1985, propunha US\$ 29 bilhões em dinheiro novo para dezessete países de renda média, Eugene Versluyse, economista do BIRD, afirmou em recente estudo que como resultado a dívida desses países cresceu 21% nos três anos em questão. A relação de dívida por expor-

tação cresceu para 357%, em 1988, vindo de 259%, em 1982. E a capacidade de investimento nesses países caiu em 1988 para 78% da sua média entre 1979 e 1981.

As necessidades desses países para assegurar um crescimento de 4,5% ao ano entre 1989 e 1995 foram estimadas por dois economistas do BIRD, Ihsrat Husain e Saumya Mitra, levando em conta os déficits atuais, de US\$ 10 bilhões anuais, mais transações com o FMI e outras transações de reservas e fluxo de curto prazo, de US\$ 14,6 bilhões entre 1989 e 1991, e de US\$ 16 bilhões anuais entre 1992 e 1995.

Mas Mulford está otimista com as sugestões feitas por Brady. A suspensão das cláusulas negativas nos contratos com os países, que permitiriam a renegociação de ativos atuais em novos empréstimos, e os recursos colaterais do FMI e do BIRD devem estimular os bancos comerciais. Especialmente porque, como ele observou, "muitos bancos já tem hoje — nos Estados Unidos, por exemplo — reservas que eles criaram (para os empréstimos ao Terceiro Mundo). E uma porção dessas reservas, após 1991, não poderá mais ser contada como capital sob a nova lei bancária".

Por isso, acrescentou, existe um incentivo para os bancos talvez avançarem e aceitarem algumas perdas. "Outros bancos vão adotar a posição de não aceitar perdas no principal, mas eles podem querer aceitar uma redução nas taxas de juros sob as circunstâncias adequadas, em transações de reestruturação voluntária das dívidas."

Ele também explicou minuciosamente por que os Estados Unidos se opõem à criação de um novo título internacional da dívida. Todas essas propostas têm problemas semelhantes, observou. "Muitas delas requerem novos recursos muito substanciais, em primeiro lugar", raciocinou. "E, em segundo lugar, elas frequentemente exigem algum tipo de obrigação contingencial permanente dos governos credores. Esses são aspectos da abordagem do novo título da dívida que nós não apoiamos."

A terceira dificuldade que o Tesouro vê nessas propostas é "que elas oferecem um corte na dívida externa de uma vez só, mas não propõem claros sistemas de encorajar a performance dos países devedores por um largo período de tempo, que é requerido para solucionar o problema".

Mulford esclareceu, enfim, que o governo norte-americano não pretende alterar a legislação interna para tratar com a questão de fuga de capitais dos países em desenvolvimento. Isso será resolvido, em sua opinião, com políticas econômicas sólidas nesses países, que restarem a confiança dos investidores internos.

Brasil, por enquanto, fica fora do plano

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Os dois primeiros países a se beneficiarem das idéias do secretário do Tesouro, Nicholas Brady, sobre a dívida externa do Terceiro Mundo serão o México e a Venezuela. A informação foi divulgada ontem, em Washington, pelo subsecretário do Tesouro, David Mulford, em entrevista coletiva no Foreign Press Center.

"Esses dois países estão no processo de discussão, início de discussão de acordos financeiros de prazo médio com os bancos", explicou Mulford. "Vocês se lembrarão de que o Brasil está numa situação de algum modo diferente, porque completou uma negociação muito recente e colocou seu financiamento de prazo médio em ação."

Mulford acredita que o governo brasileiro não tentará suspender o seu acordo vigente para beneficiar-se do novo plano, "porque o atual pacote brasileiro contém uma importante técnica de redução da dívida, o assim chamado bônus de saída. Eles também têm programas de conversão da dívida em investimentos no Brasil, e eu acho que os brasileiros vão continuar com seu atual pacote, porque há vantagens lá que eles podem ganhar imediatamente".

Mais tarde, depois que as mudanças legais em curso se concretizarem, "eu não tenho dúvida, o Brasil pode procurar tirar proveito das novas oportunidades. Mas eles terão muito pequeno ganho se suspenderm as operações agora e esperarem, porque vai levar tempo até fazer as mudanças e colocá-las em prática, se de fato forem amplamente apoiadas numa base internacional", acrescentou.

(Continua na página 20)
O Brasil iniciou ontem.